



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 237, DE 2021**

**(Do Sr. Alexandre Frota)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes ou placas informativas nos elevadores públicos e privados informando que crianças não podem entrar desacompanhadas de um adolescente ou adulto responsável

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-4309/2020. POR OPORTUNO, REVEJO O DESPACHO APOSTO AO PL 4309/2020 PARA RETIRAR A CDU DE SUA DISTRIBUIÇÃO E ACRESCENTAR A ANÁLISE DE MÉRITO PARA A CCJC.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI Nº DE 2021**

(Deputado Alexandre Frota)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes ou placas informativas nos elevadores públicos e privados informando que crianças não podem entrar desacompanhadas de um adolescente ou adulto responsável

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É obrigatória a afixação de cartaz ou placa informativa nos elevadores de edifícios públicos ou residenciais, informando sobre a proibição de entrada de criança menor de 12 anos desacompanhada de adolescente ou adulto responsável

§ 1º O cartaz ou placa deve conter os seguintes dizeres “É proibida a entrada de criança menor de 12 anos desacompanhada em elevadores.”

Art. 2º - Os municípios regulamentarão no prazo máximo de 60 dias a forma de cumprimento desta lei, inclusive impondo multa por descumprimento.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Acidentes com elevadores são comuns nas grandes cidades brasileiras, e quando se trata de crianças, eles podem ser mais graves.

Documento eletrônico assinado por Alexandre Frota (PSDB/SP), através do ponto SDR\_56340, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP

A intenção do presente Projeto de Lei é a proibição de crianças estarem sozinhas em elevadores, pois caso haja algum problema com o equipamento ela não saberá o que fazer.

Há de se considerar ainda que a altura média das crianças impossibilita a operação integral do equipamento, desta forma dificulta sua operação.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões em,        de janeiro de 2021

**Alexandre Frota**  
**Deputado Federal**  
**PSDB/SP**

Apresentação: 04/02/2021 17:32 - Mesa

PL n.237/2021

Documento eletrônico assinado por Alexandre Frota (PSDB/SP), através do ponto SDR\_56340, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

